

REQUERIMENTO Número / (.^a)
 PERGUNTA Número / XIII (2 .^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto: Obstáculos e bloqueios ao funcionamento do Metropolitano de Lisboa

Destinatário: Min. das Finanças

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A situação operacional no Metropolitano de Lisboa continua a suscitar as maiores preocupações e alertas. Consequência dos cortes impostos nos últimos sete anos, a empresa revela-se incapaz de garantir a oferta necessária e em manter padrões minimamente aceitáveis de fiabilidade da operação. As carências são tais que todas as entidades públicas reconhecem a necessidade de contratação de trabalhadores. Mas todas apontam sempre o mesmo obstáculo: o Ministério das Finanças recusa.

Apontamos alguns exemplos:

O próprio decreto-lei de execução orçamental para 2017 reconhece a necessidade de contratar 30 trabalhadores para as Estações para permitir que 30 outros sejam formados como maquinistas. A empresa só agora vai começar a primeira formação de 10, só agora aceitou (depois de um pré-aviso de greve) formar mais 10 em setembro, mas recusa-se a admitir formar os outros 10 porque, não tendo autorização para contratar trabalhadores para as Estações, estas ficariam ainda mais desguarnecidas.

Os atrasos na manutenção do material circulante têm imobilizado um quarto da frota, implicando uma redução na oferta muito significativa, e criando pelo stress dos próprios materiais falhas sistemáticas do material, que criam as recorrentes interrupções de serviço. A própria Administração, depois de negar a evidência durante mais de um ano, pediu ao Ministério das Finanças autorização para a contratação de 22 trabalhadores – que o Ministério das Finanças recusou usando critérios incompreensíveis.

Na Manutenção de Via também se faz sentir a necessidade de contratar trabalhadores, com também evidentes consequências operacionais.

Esta situação é profundamente irracional. O material circulante que está imobilizado e o que está a desgastar-se de uma forma particularmente grave vale centenas de milhões de euros. A brutal degradação da oferta, desgastando aqueles que em Lisboa trabalham e aqueles que Lisboa visitam, tem custos diretos e indiretos facilmente mensuráveis para os utentes e para a economia, e ainda prejudica de forma evidente atividades como o turismo.

Para enfrentar e combater esta irracionalidade, os trabalhadores avançaram para a greve, que está marcada para 1 e 3 de agosto. Se analisarmos o pré-aviso de greve, e as justas reivindicações dos trabalhadores, verificamos que no essencial têm uma base comum: exigem a

contratação dos trabalhadores em falta; combatem as consequências das decisões da Administração no sentido de desregular horários, infringir regulamentos, não proceder às devidas progressões, etc.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao Governo o seguinte:

- Que medidas vão ser tomadas para finalmente permitir o normal funcionamento do Metropolitano de Lisboa, pondo fim aos bloqueios que estão a ser colocados?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 27 de Julho de 2017

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)